



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 533/2008
RENOVAÇÃO**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, parágrafo único do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, pela Portaria nº 604/2011-Casa Civil, de 24 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Instalação à:

EMPRESA: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
CNPJ: 04.892.707/0001-00
CTF/IBAMA: 671360
ENDEREÇO: SAN — Quadra 03, Bloco N/O – Ed. Núcleo dos Transportes - 4º andar
CEP: 70040-902 **CIDADE: Brasília** **UF: DF**
TELEFONE: (061) 3315.4085** **FAX: (0**61) 3315.4083**
REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.002419/2004-53

Relativa ao projeto de Pavimentação da Rodovia Federal BR 158, Trecho Entroncamento da MT-242(B)/322(A) – Ribeirão Cascalheira/MT (Trecho Sul), segmento km 328,0 ao km 417,8, com 89,8 km de extensão.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 03 (três) anos, a partir desta data, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília – DF,

04 ABR 2012

CURT TRENNEPHOL
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 533/2008 RENOVAÇÃO

1 – Condições Gerais:

- 1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA;
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde;
- 1.3. Qualquer alteração das especificações do projeto deverá ser precedida de anuência do IBAMA;
- 1.4. Em havendo necessidade de renovação desta Licença, o empreendedor deverá requerê-la, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término da sua validade.
- 1.5. No caso de paralisação das obras por período superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o empreendedor deverá comunicar ao IBAMA o início da paralisação, bem como adotar todas as medidas de proteção necessárias.

2 - Condições Específicas:

- 2.1 Para cumprimento das obrigações previstas no art. 36 da Lei nº 9985/2000, apresentar, em até 30 (trinta) dias, o Valor de Referência – VR do empreendimento, com a relação, em separado, dos valores dos investimentos, dos projetos e programas para mitigação de impactos e dos valores relativos às garantias e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais, observando os §§1º e 2º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 371/2006. O VR poderá ser informado com base nos investimentos que causam impactos ambientais relativos ao empreendimento. Apresentar documento técnico que em seu escopo considere os parâmetros estabelecidos no Decreto 6848 de 14 de maio de 2009.
- 2.2 Apresentar, em até 90 dias, o cronograma de execução da recuperação dos passivos ambientais, contendo as propostas de medida de correção previstas para cada caso.
- 2.3 Dar continuidade a todas as ações propostas em todos os Programas Ambientais contidos no Plano Básico Ambiental aprovado pelo Ibama.
- 2.4 Apresentar Relatórios Semestrais de acompanhamento das atividades executadas, considerando o detalhamento executivo (atividades e metas) apresentado em cada programa específico constante no PBA. referentes à execução dos programas ambientais aprovados no âmbito do PBA.
- 2.5 Fica proibida a deposição de materiais excedentes nas áreas úmidas atravessadas pela rodovia.

